

**Reunião com o Ex.mo Sr.
Procurador-Geral da República**



O Sr. Procurador-Geral da República recebeu ontem este Movimento em audiência, durante cerca de uma hora.

O objeto da reunião foi a investigação dos crimes conexos com o negócio das barragens e a falta de liquidação dos respetivos impostos, bem como do IMI.

Manifestámos ao Sr. Procurador-Geral da República e à sua equipa o nosso reconhecimento pelo facto de o Ministério Público ser a única entidade que se relacionou diretamente com a EDP e as concessionárias, não se vergando aos interesses destas e se mantém firme na prossecução do Interesse Público.

Essa atitude contrasta com o comportamento deste e dos dois anteriores Governos, bem como da alta esfera da administração pública, que voltaram costas às populações à Lei e ao Estado de Direito, deixando-se capturar pelos interesses das concessionárias. Relevámos a exceção do anterior Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Nuno Félix que, consciente que os impostos deveriam ser cobrados, se viu obrigado a emitir três despachos mandando liquidar o IMI das barragens.

Está demonstrado que todos os impostos do negócio são devidos, mas os Governos e os dirigentes máximos do Estado deixaram caducar o direito a exigirem o seu pagamento. O mesmo ocorreu com o IMI de muitos anos. Do mesmo modo, os interesses patrimoniais e financeiros do Estado e das populações, associados ao negócio da venda das barragens, foram ignorados e nada foi exigido, violando-se gravemente a lei e o direito.

Responsáveis por este desastre são as concessionárias, que têm comportamentos extrativos e se julgam donas disto tudo e um conjunto de políticos e dirigentes, que esperamos que o Ministério Público os identifique a todos.

Temos agora a esperança de que os processos-crime conduzam, pelo menos ao pagamento do valor correspondente aos impostos e à condenação daqueles que incumpriram as suas obrigações.

Esta reunião ocorreu na sequência de outra, realizada no Departamento Central de Ação Penal, com o respetivo Diretor e os Procuradores dos processos criminais em curso.

A nossa luta continua.

Terra de Miranda, 3 de abril de 2024¹

¹ <https://www.ministeriopublico.pt/evento/audiencia-com-movimento-cultural-da-terra-de-miranda-pgr>